

Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA E
ÁFRICA AUSTRAL
Nº 110
5 A 11.6.95

“De-fi-ni-ti-va-men-te”

“Definitivamente.” Foi a afirmação categórica de Jonas Savimbi ao responder a Sudarsan Raghvan, jornalista da *Newsweek*, na segunda semana de maio, se reconhecia José Eduardo dos Santos como o legítimo presidente de Angola. Ao ser lacónico em sua resposta, Savimbi parece agora confirmar, ainda que tardiamente, o que a sabedoria popular africana diz há milénios - de que a voz do povo é a que tem razão.

Embora Savimbi tente se justificar dizendo que nas condições em que Angola se encontrava a guerra era o único caminho possível, podendo-se tentar questionar a legitimidade dos acordos de Alvor, Gbadolite e Bicesse ou outros menos famosos, a verdade é que foram injustificáveis os acontecimentos ocorridos após as eleições de setembro e outubro de 1992. Viu-se durante as eleições, o povo angolano feliz, sorrindo com o renascimento da esperança. As longas filas de baixo de um sol escaldante eram a confiança de que enterrávamos ali, no voto, a irracionalidade humana. Puro engano. Dias depois, o povo recolhia-se à sua triste nor-

malidade de mais de um terço de século. Um exercício gratuitamente prolixo no qual a História parecia não conhecer o sentido de movimento, isso, contrário às leis naturais e filosóficas das coisas.

As extremas condições humanas muitas vezes desvirtuam as razões primeiras que orientam a nossa vida prática e, quando isso ocorre, as tragédias, como a nossa, são inevitáveis. Hoje, porém, o difícil para o povo angolano é como esconder o otimismo e passar a acreditar que “definitivamente” dessa vez será diferente e que a paz e a democracia se estabelecerão. Com uma certa razão, as pessoas mantêm alguma desconfiança, depois de tantos malogros e desilusões. De qualquer forma, agora, existem certos indícios sinalizando que poderemos “definitivamente” viver um clima mais humano e fraterno.

Entre os presságios que indicam essa tendência, há o consenso para a formação do governo de unidade nacional, que, em outras palavras, significa a divisão do poder. Esta, sim, a meu ver, a razão essencial da tragédia que se abate sobre o continente todo. A cultura predatória co-

lonial ergueu, durante séculos, raízes que incentivaram a intolerância da convivência pacífica entre as diversas etnias regionais, impossibilitando, assim, a coexistência de pensamentos opostos.

O outro fator importante que deve contribuir para o sucesso do conflito angolano é, sem dúvida, o grande prestígio que Nelson Mandela desfruta no mundo ocidental. Isso, portanto, eleva o presidente sul-africano ao lugar de líder natural, se não de todo o continente, pelo menos da região austral da África, acabando com o tabu de que os africanos não possuem o dom de decidir seus problemas, fazendo-o por eles o Norte.

Além, de um modo geral, no que se refere à África Austral, já se notabilizaram alguns avanços políticos consideráveis na transposição de graves obstáculos e desafios: o fim do sistema de *apartheid* e a eleição de Mandela na África do Sul e o fim da guerra civil em Moçambique são dois belos exemplos que inflam os angolanos de esperança e sonho de viver em paz.

Angola é o país mais promissor da África Austral,

com consideráveis recursos naturais, uma vasta e rica cultura, excepcional talento humano e um povo historicamente pacífico e festivo. Décadas de guerra tornaram o povo angolano mais reflexivo e maduro, de modo que “definitivamente” espera ter chegado a hora de enxugar as lágrimas e o sangue, recolher os escombros e os ossos, para pensar em produzir alimentos e moradia, preocupar-se com o futuro das crianças, com a educação e a saúde. “Definitivamente” esperamos que seja a boa nova que anuncia o renascimento de uma nova era de paz, com claro senso de propostas, direção e destino para todos os angolanos.

Lino Sobrinho Buambua
(Geólogo angolano pós-graduando na Unicamp).

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação aberta à colaboração de bolsistas dos Palop no Brasil, com matérias de no máximo 3 laudas de trinta linhas cada.

AOS BOLSISTAS CABO-VERDIANOS

Aproximam-se as eleições
em Cabo Verde.

Vá ao Consulado mais próximo e participe
do RECENSEAMENTO.

Você vai poder votar no próprio
Consulado.

O prazo de recenseamento encerra-se em
19 de julho.

Não deixe para a última hora.



Janela indiscreta

Quem escolhe o melhor?

NOVO JORNAL, 3 6 95

A XI SESSÃO da Assembleia Nacional cabo-verdiana que ora termina, teve dois pontos altos: a apresentação do Relatório das Actividades do Governo e a discussão do projecto de lei do Hino Nacional.

Quanto ao primeiro dessas matérias, não há muito a expender, porquanto o país foi privado do esperado e necessário debate, aferidor do grau da aplicação do programa com que o MpD conquistou o eleitorado nacional e esclarecedor do alcance das medidas principais encetadas pelo Executivo presidido por Carlos Veiga e daquilo que não foi capaz de materializar, em ordem a aquilatar melhor o seu desempenho e actuar em consequência na hora da verdade. Infelizmente, o julgamento do MpD pela oposição ficou adiado e para outras circunstâncias diferentes, num clima menos apropriado a conclusões desapassionadas.

No que respeita ao Hino Nacional, já sabe, o projecto foi chumbado, como, aliás, era de esperar. Mas porquê, a priori, o projecto estava condenado a não passar na plenária da AN? Por duas ordens de razão, acho eu. A primeira é que a letra não é, em termos de beleza poética, muito atraente, para não dizer pobre e fusca, sem um nível esperado num país de poetas. Essa pobreza seria, como foi, argumento bastante para que a oposição negasse o seu voto a um projecto alheio. Em segundo lugar, sendo matéria constitucional a, por isso, carecer da aprovação de dois terços dos deputados e já não tendo o MpD a maioria qualificada que pôde aprovar a Constituição que mereceu nota negativa da oposição, então encarnada apenas pelo PAICV e seu dissidente Hopffer Almada, a bancada liderada por

Arisides Lima não ia perder uma oportunidade soberana e gostosa de vingar do MpD, quer porque tem chumbado, por sistema, as iniciativas legislativas do PAICV, quer porque, sobretudo e essencialmente, era necessário pagar ao MpD na mesma moeda com que brindou o partido da estrela negra — quando do *affaire* Bandeira Nacional. Para mim, mais do que vingar a postura da bancada do MpD face às propostas parlamentares do PAICV, cantou mais alto a indigestão do episódio da Bandeira Nacional e a pobreza da letra foi um pretexto e um veículo óptimos para a consumação da vontade do PAICV.

É evidente que, sabendo disso — e o MpD conhecia a intenção do PAICV —, o partido maioritário podia ter contornado esse obstáculo artificial. De que forma? Exactamente através da modalidade que o PAICV reivindicou na sua declaração, pela voz do deputado Júlio Correia. Ou seja, concertando com a oposição a apresentação do projecto.

Já ficara provado que sem consenso não seria possível dotar o país de um novo Hino Nacional. Isto é válido para qualquer situação em que se exige maioria qualificada de dois terços. O entendimento entre, pelo menos, os dois partidos mais votados é indispensável naquelas circunstâncias e é uma das regras de outras democracias — podem não se entender em quase tudo, mas momentos há em que a aproximação é inevitável, precisamente quando o que está em jogo é algo para cimentar o regime.

Ora, o Hino Nacional é uma questão deste regime e exigia, por conseguinte, o entendimento, pelo menos, a dois. Isso não aconteceu e é uma característica da nossa democracia, porque não faz parte da nossa cultura democrática o diálogo e a

concertação prévia entre os partidos para a viabilização do que quer que seja.

Com isto ficou o país a perder. Não tem Hino Nacional próprio, continua a partilhar com a Guiné-Bissau um Hino pertencente a um passado, embora glorioso, completamente enterrado com os acontecimentos de 14 de Novembro de 1980 — a unidade Guiné-Cabo Verde é um objectivo histórico, no mínimo e agora, inalcançável mas, certamente, fora de toda a cogitação política.

Como se disse nos debates, é uma vergonha nacional o facto de Cabo Verde não ter Hino Nacional, o argumento de que os presidentes dos dois países ficam embaraçados, protocolamente, quando viajam juntos para um mesmo país, é extremamente válido e de *per si* era motivo suficiente para fazer aprovar o Hino.

As estratégias partidárias não privilegiaram isso e o PAICV, juntamente com Cabo Verde, é que mais saíram a perder. Porquê?

O MpD, quando apresentou a sua proposta, sabia que não passaria, não foi mesmo para ser aprovada o projecto que submeteu ao Parlamento. Sabendo que o PAICV só muito milagrosamente concordaria em dar o sim a um Hino apresentado por ele e nas circunstâncias em que foi feita essa apresentação — sem procura do consenso prévio —, o partido da ventoinha levou avante o seu projecto, exactamente para ser chumbado e daí retirar dividendos políticos. Não tenho dúvidas de que o MpD já arrecadou e vai arrecadar muitos votos com a rejeição da sua proposta de Hino. Se ninguém pode assacar responsabilidades ao MpD por o país não ter Hino — a busca do consenso, se desejável, nunca é

Continua na pág. 3

Mala diplomática continua retida

Bissau insiste nas acusações

A CONVOCAÇÃO ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do encarregado de negócios em Bissau — uma medida que costuma prenunciar subidas de tom em diferendos internacionais — não impediu que o Governo de Nino Vieira continuasse a responsabilizar a embaixada de Portugal pela retenção de cinquenta volumes de bagagem diplomática portuguesa que há um mês se encontram no aeroporto da capital guineense.

Pela voz do seu embaixador em Portugal, Adelino Mano Keitá, a Guiné-Bissau voltou a insistir na necessidade de Portugal apresentar um pedido de franquia discriminando o conteúdo dos cinquenta volumes para que o problema seja resolvido.

Segundo o embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, que ontem falou à agência Lusa à margem de um seminário sobre cooperação a decorrer em Santa Maria da Feira, tudo se prende com interpretações divergentes sobre a natureza da bagagem: para Bissau, trata-se de "carga diplomática", o que dá ao país receptor

a prerrogativa de indagar sobre o seu conteúdo; para Lisboa, trata-se de "mala diplomática", inviolável e não sujeita à curiosidade de quem quer que seja.

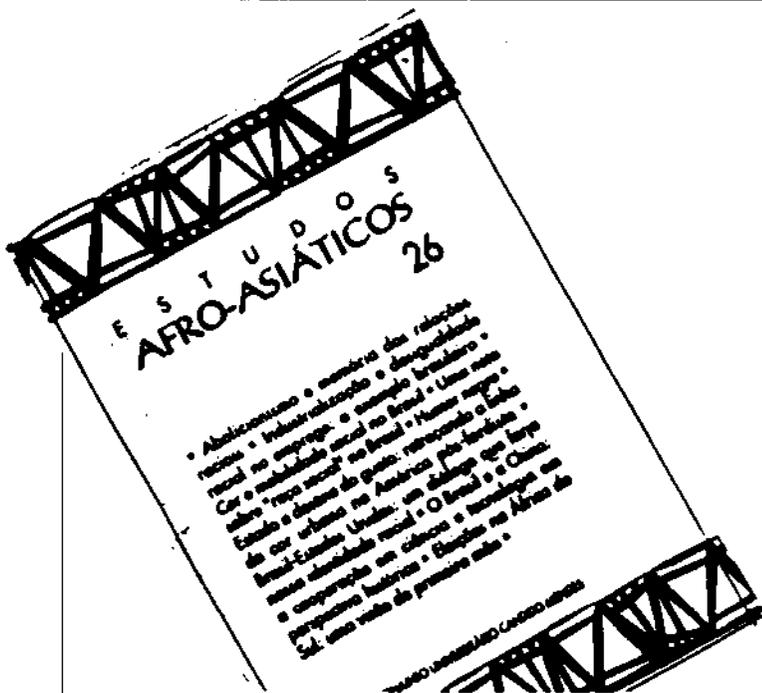
O episódio, que já provocou o adiamento de uma reunião da Comissão Mista Portugal-Guiné-Bissau e mais recentemente trouxe o encarregado de negócios a Lisboa, levou o chefe da diplomacia guineense, Ansumane Mané a escrever à directora-geral da alfândega, irmã do primeiro-ministro, pedindo-lhe que contribuísse para uma solução do problema.

Ansumane Mané falou também com Brices e Gala, a quem fez um pedido no mesmo sentido, solicitando ao secretário de Estado português da Cooperação que interviesse junto à representação diplomática em Bissau.

Nenhuma destas diligências produziu qualquer resultado. Os cinquenta volumes diplomáticos portugueses continuam retidos no aeroporto de Bissau e as relações entre os dois países parecem suspensas da resolução do episódio. ■

ONU VÊ ALGUMA MELHORIA EM ANGOLA — O secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, reconheceu ontem que já há alguns raios positivos na situação angolana, mas acrescentou que ainda é preciso recordar as duas partes que se verifica atraso no cumprimento do Protocolo de Lusitânia, pelo que devem tentar recuperar o tempo perdido. Num relatório enviado ao Conselho de Segurança, Butros-Ghali considerou que o encontro de 6 de Maio entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi deve dar agora o ímpeto necessário para que o processo de paz avance, mas que o envio da maior parte dos previstos batalhões de infantaria ainda depende da abertura de mais estradas e dos avanços que se fizerem na desmilitarização: "Cabe ao Governo e a UNITA garantir a segurança de todo o pessoal das Nações Unidas em Angola".

MALA DIPLOMÁTICA LIBERTADA EM BISSAU — Os cerca de cinquenta volumes de bagagem diplomática que há mais de um mês se encontravam retidos no aeroporto de Bissau foram ontem entregues às autoridades portuguesas. Na presença de um alto funcionário do MINE guineense e de um representante da embaixada de Portugal em Bissau pôs-se fim a um episódio que perturbou as relações entre os dois países e levou mesmo ao adiamento de uma reunião da Comissão Mista Portugal/Guiné-Bissau.



Continuação da pág. anterior

Quem escolhe o melhor?

um imperativo — visto que avançou uma proposta que podia bem ser aprovada, a tanto não pode almejar o PAICV. O partido de Aristides Lima tem um fardo pesado para carregar nas campanhas que se aproximam, muito dificilmente poderá desvincular-se da amálgama de ter negado Hino ao país, não haverá argumentos suficientes para contrabalançar o excessivo peso desta simples verdade que contra ele será lançado no prato da balança eleitoral: Cabo Verde não tem Hino porque o PAICV votou contra todas as propostas.

E com a agravante de não ter

apresentado nenhum projecto. E se a isso se acrescentar o facto de a inércia ter vencido a necessidade, sentida pelo partido todo, da mudança do Hino — mas não da Bandeira Nacional — depois do golpe de Estado na Guiné-Bissau que conduziu à ruptura do projecto da unidade Guiné-Cabo Verde, maior se torna ainda esse peso.

É claro que o PAICV se viu amarrado com a proposta do MpD. Ou rejeitava ou aprovava. Rejeitando, como fez, arca com estas consequências todas. Aprovando, teria a co-responsabilidade de não dotar o país de um bom Hino e, sobretudo, daria a satisfação ao

MpD. Qual das alternativas lhe dá maior mais-valia? E ao país?

Apesar de, também, achar que um país de poetas merecia uma letra melhor e atendendo a que o consenso prévio não é da nossa democracia e, no caso, nem era da estratégia do MpD, não seria preferível ter um mau Hino a não ter nenhum? Faço meu este aforismo do excelso poeta hindu, Rabindranath Tagore: "Não sou eu quem escolhe o melhor, ele é que me escolhe a mim".

Prefero isto porque não haverá mais dois terços e, talvez, consenso não.

Fernando Monteiro

Os idos de cinquenta (I)

NOVO JORNAL, 7 6 95

José Leitão da Graça

I. Foi só a partir dos anos 60 que Lisboa e os demais centros urbanos de Portugal, reproduzindo o cenário anterior da transplantação de escravos negros, começaram a tornar-se cidades abertas à nova migração massiva de negro-africanos, designadamente cabo-verdianos. O Ultramar fornecia assim mão-de-obra barata à metrópole colonial. Era sem dúvida necessário preencher o vazio deixado pelos emigrantes portugueses e militares que desertavam para não serem cadáveres em África. Do exílio em Dacar acompanhava a dialéctica do fenómeno. Na década de 50, porém, a situação era bem diferente. Com efeito, dispersa principalmente pelos bairros de Estrela, Campo d'Ourique e São Bento onde eu morava, a comunidade cabo-verdiana na metrópole colonial reduzia-se a algumas famílias, a funcionários reformados, em gozo de férias ou de passagem para Angola e Moçambique, àqueles internados no Hospital do Ultramar, também estudantes de enfermagem ou mesmo enfermeiras, marítimos, enfim um número crescente, ao longo da década, de universitários. Lisboa era, pois, uma cidade fechada a sete chaves. Só aberta à pequena burguesia africana. Vivia ainda sob os efeitos traumatizantes da presença no seu solo, no passado, de dezenas de milhares de escravos negros que se ocupavam dos trabalhos mais humilhantes. "Água vai!", é uma exclamação que causa arrepios. Naquele tempo uma simples viagem de barco, pois não havia por cá outro meio de transporte, reforçava o *status* dos felizardos... Muitos regressavam, após uma curta estadia na "metrópole", com aquele sotaque "piramidal" que fazia água na boca dos que só podiam deslocar-se ao "cais de ver partir". Tal situação inspirou a um compositor popular uma notável coladeira cujo refrão —

se me não traí a memória — rezava assim: "Eu vou p'ra Lisboa! Eu venho de Lisboa!" Depois, acabou tanta basofania. Aqui jaz... (1933-1975). Mas ressuscitou — milagre — em 1991.

1.1. Dos cabo-verdianos da geração a que pertença — tenho 63 anos, e que na década de 50 puderam, como eu, frequentar o ensino superior em Portugal, até 1957 só uma minoria se interessou verdadeiramente pela política fazendo progressivamente a sua evolução para as posições do nacionalismo africano quando em Portugal a questão colonial começou a estar na ordem do dia. Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Vasco Cabral e Marcelino do Santos representam a primeira vaga de universitários africanos que passaram pela Casa dos Estudantes do Império (C.E.I.), fundada em 1945 e que até ao seu encerramento brutal funcionou não só como núcleo aglutinador dos estudantes africanos, mas também como espaço de aprendizagem e integração políticas. Eles lançaram nela as bases culturais em que iria assentar o nacionalismo e o pan-africanismo em gestação, que atingiu o seu ponto culminante a partir de 1958. "A Casa dos Estudantes do Império — escreve Alfredo Margarido — possuía já então uma tradição, e o trabalho que foi levado a cabo entre 1958 e 1965, data do encerramento, é notável. Sobretudo levando de conta as dificuldades materiais, e o controlo policial da época(1)".

1.2. Não tivesse eu frequentado a C.E.I., em momentos diferentes e, de 1950-1951, convivido de perto com Amílcar Cabral e Mário Pinto de An-

drade teria certamente sido mais longa e dolorosa a minha caminhada em direcção ao nacionalismo político. É que nessa época, ao chegar a Portugal, o estudante cabo-verdiano era, em regra, um ignorante em matéria política. Quer dizer, uma vítima potencial de todas as ciladas. Este facto talvez esteja na origem do modo de envolver-se em política que era o traço característico do meio estudantil cabo-verdiano da época. Sonhava-se apenas com o "canudo" e uma carreira profissional risonha. Pela sua indómita coragem, Ovídio Martins carregou um pesado fardo de repressão. Não quis ir a Passagem, nem aceitar mordidas! No mesmo contexto fascista, em momentos diferentes, Amílcar Cabral e Manuel Duarte foram brilhantes excepções, pois souberam aliar os estudos à política. Para negro-africanos, não representava uma tarefa fácil. Mário Fonseca e Arménio Vieira, por seu turno, tiveram que beber fel, mas resistiram e criaram uma obra de valor durável. Mas regra geral os estudantes cabo-verdianos acusavam uma tendência conservadora em Portugal face aos deveres para com a comunidade nacional cabo-verdiana. Mercê, porém, de um conjunto de factores, entre os quais avulta o contacto directo com a C.E.I., a partir de 1958 foi-se mudando a atitude dos cabo-verdianos face à política. O fenómeno é descrito por Jorge Querido em *Subsídios para a História da nossa luta de libertação*: "Os estudantes das colónias portuguesas ganhavam cada dia maior consciência política e lançavam-se, apesar de todos os perigos, numa actividade de mobilização e enquadramento dos seus compatriotas". Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, diria o poeta.

(1) "Das várias maneiras de ver e não ver a cultura", in *Estudos sobre literaturas das Nações africanas de língua portuguesa*, Alfredo Margarido.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscrip-

tions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250,00; nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00. WE ASK FOR EXCHANGE.

Mudanças na diplomacia angolana

PÚBLICO, 9 6 95

O NOVO embaixador de Angola em Portugal, José Patrício, assumirá as suas funções até finais de Julho ou na segunda quinzena de Agosto, substituindo Rui Mingas, no cargo há quase cinco anos. O "agreement" do Governo português para a sua acreditação foi dado há algumas semanas, "no âmbito de um processo que demorou o tempo normal para estes casos", disse ao PÚBLICO fonte diplomática portuguesa.

José Patrício, 40 anos, jornalista e antigo chefe do departamento de Informação da Rádio Nacional, um dos mais jovens diplomatas angolanos, é considerado uma personalidade próxima do Presidente Eduardo dos Santos.

Em 1992 iniciava uma meteórica carreira diplomática, ao ser nomeado como observador do Governo angolano junto da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, num gesto destinado sobretudo a aproximar Luanda dos Estados

Unidos, depois de longos anos de ostracismo a que o regime do MPLA esteve votado por parte da Casa Branca.

Com o reconhecimento, pelos EUA, em 1993, do actual Governo saído das primeiras eleições multipartidárias, José Patrício foi o primeiro embaixador angolano na capital norte-americana, cargo que agora deixa para se fixar em Lisboa.

Mas as mexidas na diplomacia angolana não se ficam por aqui. Para a embaixada em Brasília foi escolhido o general Orvaldo Serra Vandúnen, chefe da Casa Militar de Eduardo dos Santos, configurando-se assim a ideia de que, tanto em Portugal como no Brasil, o Presidente dispôs de homens da sua inteira confiança. Uma estratégia extensiva aos Estados Unidos com a nomeação do general, França Ndalu, conselheiro especial de Eduardo dos Santos, para substituir José Patrício em Washington.

A hipótese de Rui Mingas regressar às lides governativas

surge no meio de informações de que estará iminente uma "limpeza" no executivo de Marcolino Moco. Eduardo dos Santos aguardará apenas pelo fim de Jonas Savimbi à participação da UNITA no futuro Governo de Reconciliação Nacional — o que deverá acontecer no segundo encontro entre ambos, previsto para meados de Julho, em Luanda — para proceder às profundas mudanças no aparelho governativo.

Entre os ministros em vésperas de saída incluem-se Venâncio de Moura, das Relações Exteriores, que deverá ocupar o lugar de Afonso Vandúnen Mbinda à frente da missão diplomática de Angola nas Nações Unidas, e Vasil Neto, da Comunicação Social, que se notabilizou por uma série de "gaffes" que irritaram os seus colegas de Governo ao ponto de ter sido considerado uma "má aquisição". Por exemplo, quando disse que Angola é dos países do mundo onde existe maior liberdade de imprensa e segurança

para os jornalistas trabalharem...

Além das esperadas alterações no executivo, agora integrado por seis partidos — o que para um fonte da oposição "faz deste Governo de Moco uma autêntica mancha de retalhos" —, é ponto assente que a revisão constitucional em curso consagrará duas futuras vice-presidências. A que será atribuída à UNITA foi já objecto de uma primeira abordagem, numa reunião do Bureau Político do MPLA, na semana passada, sendo comum a ideia de que o cargo só será atribuído à UNITA se for Jonas Savimbi a exercê-lo, devendo este aceitar entretanto que a primeira vice-presidência caiba ao MPLA.

A concretizar-se a criação de duas vice-presidências, o cargo de primeiro-ministro será extinto e alterada a vertente presidencialista da Constituição em vigor. Até porque, como se diz nos meios políticos, Jonas Savimbi jamais aceitará "ser um vice-corta fitas". ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

Europa é o maior parceiro comercial

África emergente no terceiro milénio

PÚBLICO, 9 6 95

DEPOIS da sofisticação dos mercados europeus e do crescimento exponencial do Oriente, África será "uma das zonas emergentes da economia mundial no terceiro milénio" e os empresários portugueses têm uma geração que conhece este continente e pode fazer a diferença face a outros países. Estas são as mais importantes conclusões do fórum "Opção África", promovido pela Associação Industrial Portuguesa, que antecorrem terminou no Europarque, em Santa Maria da Feira.

"A geração que conhece África e tem experiência de trabalho neste continente deve passar o testemunho às gerações vindouras de modo a que um valioso capital não seja perdido. Dentro de vinte anos, se não soubermos aproveitar esta vantagem, seremos iguais a quaisquer outros", sublinha o documento destinado a todas as instituições envolvidas em processos de apoio ao desenvolvimento dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e empresas participantes no fórum.

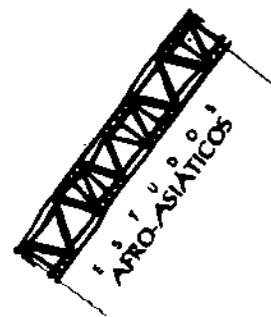
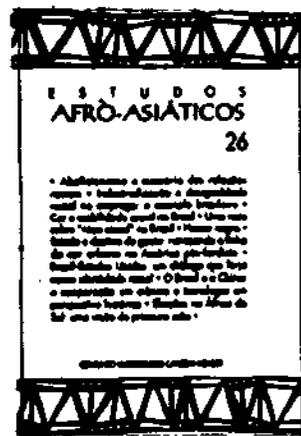
Um dos modos de tornar dinâmico o investimento passaria, segundo o fórum, pela ajuda portuguesa à criação de um tecido empresarial semelhante. A singularidade do relacionamento de Portugal com os PALOP é "um reforço da posição portuguesa no seio da União Europeia" e simultaneamente um trunfo para Portugal pelo papel de interlocutor em África. Aliás, foi destacado "o bom aproveitamento das oportunidades ao nível da adjudicação de contratos públicos" e a persistência de algumas empresas "mesmo em situação de risco".

Para os especialistas presentes nas sessões — desde o comissário europeu para a cooperação com África, João de Deus Pinheiro, até aos ministros das Finanças e Indústria de cada um dos países — "a aparente exclusividade do Leste e da bacia mediterrânica nas prioridades de relacionamento externo da União Europeia é meramente conjuntural". A Europa, falam os dados, é o primeiro mercado de

importação e exportação, maior investidor e maior doador de ajudas ao desenvolvimento naquele continente. O facto de a Europa precisar de preservar África como aliado natural potencia essa atitude.

Se a isto se somar a tendência irreversível para que as economias se associem, o menor peso dos Estados na economia, a crescente importância dos fluxos de capital privado bem como o cansaço dos doadores públicos face a experiências negativas do passado, constituem factores que tornam o regresso do investimento a África urgente. "Os países africanos deverão esforçar-se para que a iniciativa privada cumpra o seu papel de motor de desenvolvimento no quadro de uma economia de mercado." Vectores de actuação: ambiente macroeconómico estável, condições favoráveis à competitividade das empresas, abertura do comércio, formação dos recursos humanos e construção e manutenção de infra-estruturas básicas e rodoviárias. ■

Daniel Dousádo



ÁFRICA DO SUL

ANC e Inkatha ajustam contas

A luta entre os dois principais partidos agudiza-se, alimentada por revelações do grupo dos «Intocáveis»

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

EXPRESSO, 10 6 95

A PROLONGADA luta pelo poder entre os dois principais grupos políticos negros da África do Sul parece encaminhá-se para um ajuste de contas com a ajuda de uma equipa dos chamados «Intocáveis» — um esquadrão especial da polícia a trazer à luz do dia as conspirações criminosas que estão por detrás da prolongada carnificina no Kwazulu-Natal.

A confrontação entre o ANC e o Partido da Liberdade Inkatha do chefe Mangosuthu Buthelezi tornou-se cada vez mais azeda nas últimas semanas, em parte como resultado das averiguações que estão a ser feitas nos bastidores, pela polícia. Denominados «Intocáveis», numa imitação da famosa equipa do FBI que lutou contra o crime organizado nos Estados Unidos durante a Lei Seca, esta «Unidade de Investigação» é constituída por 40 detetives e dois promotores oficiais, controlados por um conselho civil constituído por três advogados de direitos civis.

O primeiro indício de que a unidade estava a fazer progressos nas investigações sobre a violência política na praia forte do chefe Buthelezi no Kwazulu-Natal surgiu na semana passada com a prisão de um coronel da polícia, Louis Botha, acusado de assassinio.

O coronel Botha era o elo entre o chefe Buthelezi e o agora desaparecido departamento de segurança do «escândalo Inkathagate» — envolvendo pagamentos clandestinos feitos pela polícia ao Inkhata. O escândalo pôs termo à carreira política de dois ministros da Segurança do último Governo do Partido Nacional.

Violência organizada

Esta semana, os «Intocáveis» prosseguiram com uma espectacular prisão ao amanhecer, em Pretória, de um brigadeiro do Exército que prestava serviço no Estado-Maior da informação militar. O brigadeiro John More é actualmente director de «marketing» da fábrica de armamento estatal, Denel.

Pensa-se agora que os «Intocáveis» se preparam para as mais sensacionais acusações — de funcionários superiores do próprio Inkhata. Embora a unidade policial se recuse a divulgar pormenores das investigações, pode ter-se uma ideia das possíveis ramificações do inquérito a partir de um recente julgamento em Durban de dois polícias negros e de um membro do Inkhata, condenados por seis assassinios ao estilo «esquadrão da morte».

Na quinta-feira, os «Intocáveis» procederam à primeira de outras detenções de altos funcionários do Inkhata. Trata-se de MZ Khumalo, um dos principais conselheiros de Buthelezi. Foi acusado dos mesmos treze assassinios atribuídos ao brigadeiro More e ao coronel Botha. A maioria das vítimas do massacre de 1987 eram crianças mortas naquilo que pareceu ser uma tentativa de assassinio de um importante militante do ANC.

Khumalo foi o bode expiatório, em 1991, do Inkathagate quando, na sua qualidade de principal assistente de Buthelezi, assumiu a responsabilidade pelo recebimento de dinheiro régua para o partido, di-



Uma das chacinhas mais recentes registou-se em Mandeni (11 mortos). Na foto, guardas da segurança de Mandela prendem um suspeito

nhreiro esse proveniente das forças de segurança. Demitiu-se da sua posição mas permaneceu uma figura-chave no Inkhata e desempenha as funções de vice-secretário-geral.

Testemunhando para mitigar a sentença, os três homens que constituíram um esquadrão da morte, pintaram

mas declarou que os recrutas eram treinados para guardar personalidades importantes e instalações governamentais.

No caso do esquadrão da morte de Durban, porém, os três criminosos confessos testemunharam que tinham sido treinados para atacar simpatizantes do ANC. Afirmaram que, ao regressar do campo de Caprivi à capital do Kwazulu, Ulundi, o chefe Buthelezi organizou pessoalmente uma festa em sua honra, onde serviu «muti» (um preparado mágico ritual). Dizem ainda que estiveram mais tarde em reuniões com funcionários superiores da polícia — incluindo ministros do actual governo regional — em que foram dadas instruções para ataques a alvos do ANC. Os ministros do Inkhata foram convidados a prestar declarações em acatenação, mas declinaram.

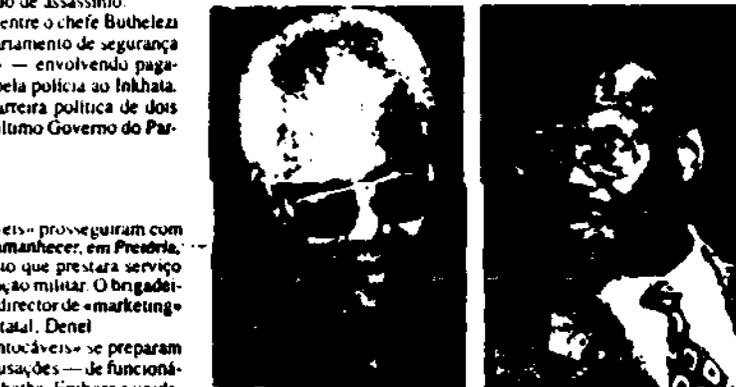
Acusações a Mandela

Julga-se que Nelson Mandela seja um dos alvos desse conjunto de truques sujos perpetrados por funcionários do Inkhata em colaboração com elementos das forças de segurança e extremistas de direita. Aparente, é o conhecimento deste facto que está por detrás da atitude hostil que tem vindo a adoptar nas últimas semanas em relação ao chefe Buthelezi.

O Inkhata, entretanto, responde com a ajuda de esqueletos escondidos no próprio armário do ANC — como o massacre de Shell House no ano passado, que envolveu a morte de oito manifestantes do Inkhata em frente da sede do ANC em Joanesburgo. Perante acusações de cobertura prestada aos assassinos, o Presidente Mandela foi obrigado a defender-se esta semana no Parlamento.

O Inkhata segue igualmente uma estratégia destinada a conseguir maior autonomia para o Kwazulu-Natal na redacção «final» da Constituição da África do Sul, actualmente a ser negociada. O chefe Buthelezi pretende que o país seja governado sob a forma de confederação aberta — com as regiões a dispor das suas próprias forças de segurança e sistema judicial, entre outras prerrogativas, de um Estado, e com o Kwazulu-Natal a ser reconhecido como um «reino» zulu.

DB



As revelações de um grupo especial da polícia fizeram ressurgir as acusações entre o Presidente Mandela e o chefe Buthelezi

um quadro temerário da violência política organizada na província. Afirmaram que os esquadrões da morte do Inkhata tinham origem num campo de treino criado na Faixa de Caprivi, na Namíbia, em 1986, pelos serviços de informação militar sul-africanos. A existência do campo foi confirmada pelo então Presidente sul-africano, Frederick De Klerk, na altura do escândalo Inkathagate.

Abolida a forca, aliviado o chicote

A PENA de morte e a flagelação de menores de 18 anos foram abolidas pelo Tribunal Constitucional da África do Sul, uma medida que satisfaz todos os defensores dos direitos humanos e irritou os defensores da pena capital. Horas depois do anúncio, foi deitada lenha para a fogueira da opinião pública, indignada com um crime horrível que estava a ser julgado em Joanesburgo. O juiz expressou pena por não poder mandar enforcar o feticreiro Moses Molefi Mokgeti, de 39 anos, culpado do assassinio de seis rapazes e raparigas menores de 10 anos. O réu comeu e vendeu fígados e corações das raparigas e os pénis dos rapazes para a prática de «muti» (medicina mágica). Foi capturado quando uma rapariga de cinco anos, fugiu depois de ter sido violada e ter escapado a uma tentativa de estrangulamento.

Este caso foi aproveitado pelos defensores da manutenção da pena de morte, que, segundo várias sondagens, era defendida por uma população sujeita a um ambiente de grande violência.

A decisão de acabar com os enforcamentos surge numa altura em que o país sofre uma terrível onda de violência, com mais de 50 assassinios por dia, uma violação cada 16 minutos e um assalto à mão armada em cada cinco minutos e meio. Na decisão unânime dos 11 juizes, afirma-se que o Estado deve ser um exemplo para os seus cidadãos, ao consagrar a santidade da vida humana.

PRIVATIZAÇÕES

Moçambique teme 'recolonização'

EXPRESSO, 10 6 95

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

MUITAS empresas nacionalizadas ou intervencionadas após a independência de Moçambique têm estado a ser privatizadas nos últimos tempos, em cumprimento das condições impostas pelos organismos financeiros internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Este esforço esbarra com reacções contrárias de círculos ainda influentes no país, baseados no argumento de que o processo está nitidamente a promover o regresso dos portugueses que saíram de Moçambique pouco antes ou imediatamente após a independência, em 1975.

O Banco Comercial de Moçambique (BCM) — o mais importante do país, criado em 1992 depois da separação das actividades comerciais do Banco Central —, destaca-se na lista das empresas que devem ser privatizadas antes de 1997. Esta operação, mal foi conhecida, começou a suscitar comentários de rejeição, como, por exemplo, que o «Governo pretende entregar o BCM a portugueses».

Numa tentativa de acalmar os ânimos dos seus concidadãos, o governador do Banco de Moçambique, Adriano Maleiane, indicou que «será limitada a participação estrangeira» na venda de acções do BCM. Acrescentou no entanto que tudo «dependerá do mercado» e que as acções que não forem compradas continuarão na posse do Estado. Maleiane salientou ainda que as acções serão vendidas a retalho, de modo a assegurar a participação de capitais nacionais, atendendo ao facto de grande parte dos (ainda embrionários) empresários moçambicanos estarem descapitalizados.

«O resultado da venda é que nos vai ditar quanto é que conseguiremos colocar efectivamente e quanto é que fica para os anos seguintes», conforme sublinhou Maleiane.

Durante uma recente reunião dirigida pelo Ministro da Agricultura e Pescas, Carlos Agostinho do Rosário, em Quelimane, empresários locais pronunciaram-se contra o modo como até agora têm estado a ser orientadas as operações de privatização das empresas no país. Alegaram que tais operações estão a prejudicar a classe empresarial moçambicana emergente e a favorecer os estrangeiros que dispõem de capital, bem como alguns membros da «nomenclatura» local.

Para o deputado da bancada da FRELIMO, Sérgio Vieira, ex-ministro da Agricultura e da Segurança, «é absurdo e contraproducente falar-se de economia auto-sustentada e privar-se o Estado e o capital na-

cional dos meios implementadores numa estratégia nacional. A privatização que nos é imposta pelos fundamentalistas do FMI e dogmáticos da livre empresa priva o país da capacidade decisória e vassaliza-o, como no passado, ao capitalismo de Portugal e da África do Sul».

Em artigo publicado na última edição do semanário de Maputo «Domingo», Vieira considera que «a privatização das instituições nacionais de crédito ou se realiza ao desbarato e a favor dum capital nacional inexistente, ou é entregue de mão-beijada ao capital estrangeiro, particularmente sul-africano e português, como parece ser o objectivo dos principais 'doadores' enfeudados às normas do FMI, o novo Ministério das Colónias».

Escutado com muita atenção, Vieira nomeia o BCM, o BPD, a EMOSE, os Caminhos de Ferro nacionais (CFM) e portos, as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), a TDM (Telecomunicações de Moçambique), a EDM (empresa de electricidade) a refinação e distribuição de combustíveis, energia e águas, como sendo aquelas empresas e actividades que «não podem ser alienadas da esfera nacional, mesmo admitindo que seja apenas uma parte minoritária do capital e que um privado, nacional ou estrangeiro, opere nestas áreas».

O antigo governador do Banco de Moçambique defende que «nenhum Governo, por muito que o exijam os diversos clubes fundamentalistas, está autorizado a alienar o património que garante a soberania». Vieira entende que fazê-lo «é crime de alta traição».

Vinte e uma empresas deverão ser privatizadas até ao final deste ano, nomeadamente a Cogropa, Equipisca, IMBEC, Gemas e Pedras Lapidadas, Navinter, EMOCHA, PESCOM, ANFREIRA, Companhia do Boror, MOBEIRA, Construtora do Regadio do Limpopo, Citrinos de Manica, METECNA, Geralco, Estaleiros Navais da Beira, CARBOMOC, Marmonte, Hidráulica de Maputo, GEOMOC, Emarna e Empresa Nacional do Turismo

na Machava. Entretanto, numa área industrial na cintura do Maputo já se trabalha para a criação do primeiro parque industrial do país, um projecto que conta com financiamentos do Governo sul-africano.

A Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas diz num relatório que cobre o primeiro trimestre deste ano que estavam sob sua responsabilidade e para privatizar 56 empresas do Estado. Desde 1992 foram privatizadas vinte empresas, representando um investimento total de cerca de 150 milhões de dólares. Segundo o relatório, as receitas ilíquidas das privatizações totalizaram cerca de 50 milhões de dólares, assinalando-se a intenção dos investidores de proceder a investimentos adicionais de cerca de 100 milhões de dólares nos próximos dois anos.

Das empresas já privatizadas destacam-se a Forpescaria, PROPECTA, PROSSUL, Pedreira de Chitevel, CIMOC, as Saratogas da Baixa e do Alto Maé, ambas na cidade de Maputo, a BELITA, a Sapataria Presidente e a Unidade Número Cinco da Empresa de Corte. Foram igualmente vendidas a FASOL, SABOREL, a cimentos de Moçambique, EMPLAMA e algumas unidades desta empresa de plásticos, a Cajú de Moçambique, a MOCARGO (está privatizada para os trabalhadores em 40%).

O Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) foi transformado numa sociedade anónima em Maio passado, o que significa meio caminho andado para a «privatização total a concluir até final de 1996», segundo Maleiane.

Cerca de metade das empresas privatizadas foram adquiridas por empresários portugueses, sul-africanos, britânicos e zimbabwuanos. Desde que foi promulgada a lei sobre a reestruturação das empresas em 1991, o Executivo moçambicano privatizou 369 pequenas e médias empresas.

Militares portugueses na UNAVEM III Transmissões sob comando da ONU

PÚBLICO, 11.6.95

A COMPANHIA de Transmissões número 5 (CTM5), que participará na força multinacional de fiscalização do processo de paz em Angola (UNAVEM III), foi ontem entregue ao comando das Nações Unidas, numa cerimónia que não contou com a presença do representante especial do secretário-geral da ONU, substituído pelo seu assistente, o palestiano Khaleb Yassir. O embaixador João Rocha Pahrís, que chefiava o grupo português de observadores da UNAVEM III, tomou esta cerimónia como um "exemplo eloquente" do "novo Portugal", frisando o "grande orgulho" com que as forças armadas portuguesas voltam a Angola.

Rocha Pahrís salientou o significado de os militares portugueses — que "num passado ainda recente por estas terras combateram" — estarem agora a "ajudar um país irmão a gerir e a consolidar uma paz que, recém-nascida, é ainda naturalmente frágil e delicada e precisa de ser acarinhada".

"Todos nós sabemos que a participação de Portugal é muito importante", concordou o segundo comandante da componente militar da UNAVEM, o brigadeiro indiano Sakaena. No entanto, acrescentou que "hoje é um dia especial, não só para os portugueses, mas também para todos nós

que estamos unidos pela mesma razão: trazer uma paz duradoura para Angola".

Para além das entidades oficiais, os 101 elementos da CTM 5 tinham à sua espera outros portugueses envolvidos no processo de paz angolano: duas dezenas de observadores militares e policiais, uma observadora de direitos humanos e algumas dezenas de militares que cooperam com Angola por via de acordos bilaterais. A Companhia de Transmissões deverá iniciar as suas missões na próxima semana, depois de ter construído "com as suas próprias mãos" o seu acampamento nos arredores de Luanda. A prazo, a companhia será desdobrada por seis quartéis-generais regionais da UNAVEM e, eventualmente, por um sétimo a criar no Lobito, para além do quartel-general situado na capital angolana.

O coronel de Transmissões português Bento Soares, chefe de Estado-Maior da missão das Nações Unidas, chamou a atenção para as "redobradas responsabilidades" de Portugal entre os 33 países que compõem a UNAVEM. "É legítimo que o povo angolano espere muito de nós", reconheceu, para logo alertar: "Não o podemos desiludir. Só assim honraremos o sangue e o suor aqui semeados pelos nossos ancestrais." ■

Crise e contenção nas relações ANC-Inkatha

PÚBLICO, 12.6.95

OS DIRIGENTES do partido Inkatha afirmaram ontem que continuam no Governo sul-africano, apesar do agravamento das suas relações com o movimento político maioritário, o ANC, do Presidente Nelson Mandela.

"Só decidiríamos sair se o ANC nos tornasse impossível continuar", disse à imprensa o secretário-geral do Inkatha, Ziba Jiyane, demonstrando assim que continua a haver uma certa contensão de todas as partes, apesar da crise que por vezes ameaça a continuidade do Governo de Unidade Nacional.

Dois responsáveis do partido liderado pelo ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, foram detidos durante a semana passada, incluindo aquele que é considerado o número três do Inkatha, Zakhele Khumalo, no quadro de um inquérito ao assassinio de treze pessoas em 1987, na actual província do Kwazulu/Natal.

O Conselho Nacional daquela formação política, que obteve 10 por cento dos votos nacionais nas eleições do ano passado para a Assembleia Constituinte, esteve reunido durante o fim de semana e pediu aos res-

pectivos militantes que se "mobilizem pacificamente" a favor de uma maior autonomia para as diferentes províncias da África do Sul.

A direcção do Inkatha insistiu no reconhecimento de uma monarquia constitucional zulu e na mediação internacional tanto para esse ponto como para o do federalismo a imprimir à Constituição sul-africana.

Entretanto, o secretário-geral Ziba Jiyane teve o cuidado de demarcar o Conselho Nacional da atitude tomada pela Juventude do Inkatha na província de Gauteng, que fora ao ponto de ameaçar tornar ingovernável aquela região — onde se situam Joanesburgo e Pretória — se o Presidente Mandela não fosse detido e acusado de assassinio.

Os jovens turcos do partido de Buthelezi queriam o julgamento do chefe de Estado por causa de incidentes ocorridos no mês de Março do ano passado, antes das eleições. Mas os dirigentes nacionais acharam por bem colocar um travão em tanto radicalismo, pois a continuação de Mandela no cargo é essencial para que se mantenha alguma estabilidade no país. ■

Em vésperas dos 20 anos da independência de Moçambique

PÚBLICO, 14.6.95

Chissano alerta contra novos fantasmas

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, declarou ontem, quando se aproximam os 20 anos da independência de Moçambique, que não coloca objecções à transição para Portugal dos restos mortais dos soldados portugueses que pereceram durante a guerra nesse país, desde que tal não sirva para criar de novo "fantasmas".

"Eu não teria, à primeira vista, qualquer objecção. Pura e simplesmente penso que há que ponderar se não haverá quem queira fazer disso uma acção política, tendente a levantar, de novo, fantasmas", afirmou o chefe de Estado moçambicano em conferência de imprensa realizada após um encontro com o ministro-adjunto português, Marques Mendes. Chissano esclareceu que "do ponto de vista humanitário" não vê qualquer problema.

Aproveitando a proximidade do 20º aniversário da independência do seu país, Joaquim Chissano lembrou: "Desde a proclamação [da independência], ou mesmo antes, manifestámo-nos abertos para uma cooperação com Portugal na base da igualdade de direitos entre Estados, reciprocidade de benefícios, e sem colocarmos nenhuns fantasmas."

Os vinte anos da independência de Moçambique serão assinalados em Portugal com um almoço-recepção organizado pela embaixada de Maputo. O convívio, marcado para o dia 25, em Lisboa, marcará também a despedida da embaixadora Esperança Machaveia, que desde 1990 chefiava a representação diplomática de Moçambique em Portugal. A até agora embaixadora plenipotenciária deverá

cessar brevemente as suas actividades, estando já programada a sua partida para o dia 29 deste mês, com destino à embaixada de Maputo em Washington. Enquanto não é nomeado um novo embaixador para Lisboa, esse cargo será assegurado por António Inácio Júnior, actual "número dois" e encarregado de negócios da embaixada.

Entretanto, o novo representante de Portugal na Guiné-Bissau, o embaixador Silveira Carvalho, anunciou ontem que viaja "em breve" para Bissau, com a intenção prioritária de "reforçar em todos os âmbitos as relações e a cooperação" luso-guineense. O novo embaixador encontra-se ainda em Madrid, onde nos últimos anos ocupou o lugar de ministro conselheiro da embaixada de Portugal, não tendo partido

já para o seu novo posto pelo facto de só ontem ter sido publicada a sua nomeação no "Diário da República".

"Considero que o desafio que se coloca a Portugal e à Guiné ao finalizar este século é profundamente estimulante", declarou Silveira Carvalho à Luzes. Inserindo-se nesse espírito, foi ontem anunciado em Bissau que a reunião preparatória da IX Comissão Mista de Cooperação Luso-Guineense, sucessivamente adiada desde Fevereiro, pode realizar-se no próximo mês de Julho. Segundo uma fonte do Ministério do Plano e Cooperação guineense citada pela Luzes, o último adiamento da reunião terá sido motivado pelo "incidente" da retenção da mala e carga diplomática portuguesa na alfândega do aeroporto de Bissau. ■

Qual o crime que está a ser avaliado?

PÚBLICO, 13 6 95

João Mendes
e Luís Miguel Viana*

Jorge Sampaio pede reforço da vigilância policial durante a semana das festas e pergunta o que fez o SIS para evitar a agressão racista da madrugada de domingo. O comando da PSP diz que se tratou de um "acontecimento esporádico" e "imprevisível" e que não houve atraso na actuação das suas forças. Os nove detidos pela PSP passaram o dia de ontem no Tribunal de Instrução Criminal. E em Casquilhos, onde vivia o jovem português de origem cabo-verdiana assassinado pelos "skins", ainda

ninguém saiu do estado de choque que ali se instalou: Casquilhos era, até ontem, uma comunidade "integrada".

A morte de Alcindo Monteiro, o jovem português de origem cabo-verdiana que juntamente com outros jovens negros foi espancado por "skinheads" no Bairro Alto, na madrugada de domingo, veio engrossar o coro de protestos contra a impunidade com que se repetem, em Portugal, violências racistas. Também aumenta a perplexidade em relação ao atraso com que a PSP interveio: apelos ao 115 a pedir ambulâncias foram feitos a partir do Bairro Alto desde 15 minutos depois da uma hora da manhã de domingo, mas a PSP só agiu em força a partir das 2h30, quando os feridos já tinham dado entrada na urgência hospitalar.

Ontem, num comunicado sobre os acontecimentos, o Comando da PSP de Lisboa descreve a sua intervenção dando-a como tendo começado muito mais cedo, mas limitada à circulação de carros-patrulha que constatarem as violências (ver texto nas páginas seguintes). Na PSP considera-se que os incidentes em causa eram "imprevisíveis" e constituem "um acontecimento esporádico". Não haverá inquérito à sua actuação neste caso.

Com a morte de Alcindo Monteiro, ascende a oito o número de vítimas mortais em casos de violência racista, em Portugal, desde 1989 (ver PÚBLICO de ontem). Lisboa, Almada, Seizal e Barreiro, Lagoa, Porto, Espinho e Matosinhos, bem como Coimbra e Aveiro, são as localidades onde grupos de "skins" têm deixado marcas de violência.

Alcindo faleceu de paragem cardíaca no Hospital de São Jo-

sé, em Lisboa, pouco antes das 10h30 de ontem, acabando por sucumbir num coma que se fora aprofundando. Ele dera entrada na urgência de São José entre outros 11 feridos, com traumatismo craniano e possíveis lesões na coluna vertebral.

Como sucede quase inevitavelmente em agressões premeditadas e organizadas, de carácter racista, as vítimas são cidadãos indiscriminadamente "apanhados" na rua, que vêm recair sobre si o ódio de uma minoria extremista.

Alcindo Bernardo Fortes Monteiro, que tinha 27 anos, nasceu na cidade do Mindelo, em Cabo Verde. Saiu da ilha de São Vicente, rumo a Portugal, aos 11 anos. Mas tiveram de passar 12 anos para que o desejo de obter um passaporte português se concretizasse. Só a partir de 1991 passou a ser um cidadão português, com os decorrentes direitos e deveres.

Um dos deveres que teve de cumprir foi o de fazer serviço militar. Esteve aquartelado em Beja e lá exerceu as funções de cozinheiro. Depois regressou a Casquilhos, localidade junto ao Hospital Distrital do Barreiro, para se juntar à família, aos seis irmãos, às duas irmãs.

Uma comunidade integrada

Em Casquilhos vive uma comunidade negra numerosa e fortemente implantada. Alguns dos seus membros declararam ontem ao PÚBLICO que "não há racismo na zona". A comunidade negra da zona sente-se, aliás, "perfeitamente integrada". "Nunca houve aqui a mínima escaramuça do género", frisou uma cunhada de Alcindo, que diz ter conungado com ele a "paizão pelas plantas e pelos animais".

Bruno, um estudante branco amigo de Alcindo, confirmou a não existência de racismo na zona ao referir-se a ele: "Era um preto à maneira. Bebia uns copos com todos nós e, por vezes, íamos em grupo dançar um bocadinho a Lisboa ou beber um copo ao Bairro Alto." Aos fins-de-semana, já que Alcindo trabalhava numa oficina de escape. De noite como de dia, assegura Luís, um dos seus irmãos, o mecânico era pacífico, calmo, "nunca fez mal a ninguém nem gostava de confusão".

Ontem, em casa da família de Alcindo, perante muito desalento e alguma revolta, um dos seus irmãos mais velhos lamentava não ter sido ele a vítima das agressões no Bairro Alto: "Eu sim, sou mais vadio. O Alcindo tinha uma vida normal e quase sempre, ao fim-de-semana, entretinha-se a passear os sobrinhos, mimando-os com guloseimas."

Seriam sete da tarde quando se despediu da mãe e saiu de casa. Foi ter com amigos ao Barreiro, jantou com eles e quase combinaram uma ida conjunta para copos e dança a Lisboa. Os amigos acabaram por não alinhar. Mas, mesmo sozinho, Alcindo fez questão de ir ao Bairro Alto. Partiu já depois da meia-noite.

Quando lá chegou, provavelmente por volta da uma da manhã, as ruas começavam a ser invadidas pelos "skins". Acabariam por o liquidar a golpes na cabeça e nas costas. Estava sozinho.

Depois da sua morte, a mãe, em estado de choque, cedeu por completo e ficou incapaz de qualquer declaração. Uma vizinha, Rita Alves, exprimiu os receios que se acentuaram em Casquilhos, provavelmente em todas as comunidades de negros ao redor de Lisboa: "É revoltante e degradante. Fez ontem [domingo] 20 anos que estou em Portugal e não sei o que pode acontecer aos meus filhos", um de 13 anos, o outro de um. Faltava-se nas redondezas a convicção generalizada de que esta tragédia aconteceu porque "os 'skins' e os racistas são uma minoria de brancos que estão a tentar esmagar uma minoria de pretos". Ao mesmo tempo, começa a haver no ar um tom de pré-retaliação.

No Instituto de Medicina Legal desde ontem, o cadáver de Alcindo será autopsiado amanhã de manhã. O corpo será depois entregue à família, sendo previsível que esta o queira velar até à manhã seguinte. O funeral realizar-se-á, provavelmente, na quinta-feira — e Mário Soares já fez saber que a Presidência da República se responsabiliza por todos os encargos dele decorrentes.

Continua na pág. 10

Continuação da
pág. anterior

Qual o crime que está a ser avaliado?

Resta agora saber como é que familiares, amigos, simples conhecidos, brancos e pretos, anónimos e personalidades públicas vão prestar a última homenagem a este concidadão de origem cabo-verdiana, antigo soldado do Exército português, mecânico, 27 anos, solteiro, assassinado em Lisboa por ser negro e, na noite de sábado, lhe ter apetecido ir ao Bairro Alto.

Os nove detidos pela PSP na sequência das agressões de domingo foram ouvidos ao longo do dia de ontem pelo juiz de instrução criminal Carlos Lobo, encarregado de avaliar a legitimidade das detenções.

O PÚBLICO obteve a identificação, embora sumária, dos nove detidos. Foram presos em grupo, às 2h30, diante do nº 32 da Rua D. Luís I e entre eles há dois militares no activo. Eis a lista dos detidos ontem ouvidos no Tribunal de Instrução Criminal (TIC):

Silva (em todos os casos só nos foi fornecido o último apelido), nascido em 1972, vigilante, natural de Lisboa, residente em Loures; Monteiro, 1975, soldado do Exército, natural de Lisboa, residente na Brandosa — a quem foi apreendido um punho de "boxer"; outro Silva, nascido em 1963 (é o mais velho do grupo), empregado de balcão, ex-emigrado na Venezuela, residente em Vila Nova de Gaia; Hélder, nascido em 1969, mecânico frio, natural e residente em Lisboa; Machado, nascido em 1976, segundo cabo da Polícia Aérea, natural de Lisboa e residente na Póvoa de Santo Adrião; Cerejeira, 1974, escriturário, natural de Moçambique, residente em Cacilhas; Cordeiro, nascido em 1975, estudante, natural e residente em Paranhos, Porto; uma jovem de apelido Moraes, nascida em 1976, desempregada, natural do Zimbábue e residente em Santa Iria da Azóia; e outra de apelido Mendonça, nascida em 1977, estudante, natural de Lisboa e residente em Loures. Têm todos, portanto, entre os 18 e os 42 anos.

Ameaça de bomba

Porta fechada e muito secretismo na audiência de inquérito ao longo de todo o dia de ontem, no TIC. Horas a fio sob um "black out" informativo, que só desanuviou um pouco quando

surgiu uma ameaça de bomba no tribunal, a meio da tarde, através de um telefonema anónimo. Edifício evacuado e algum susto, a que a equipa de Minas e Armadilhas da PSP depressa pôs termo. Ainda assim, os trabalhos da tarde sofreram um atraso de mais de uma hora, mas as famílias dos detidos começaram então a ter uma atitude mais comunicativa.

Os familiares, que permaneceram todo o dia de ontem à porta do tribunal, foram garantindo que nenhum deles está ligado aos grupos "skin", ainda que "alguns convivam e tenham amigos que são 'cabeças rapadas'", acrescentou a tia de um. Negam também qualquer ligação à Juve Leo, apesar de vários serem adeptos do Sporting.

Homicídio voluntário qualificado é um dos crimes de que poderão ser eventualmente acusados. Diz o artigo 132º do Código Penal que, entre outras circunstâncias, incorre neste crime quem matar "por ódio racial ou religioso", podendo ser punido com prisão de 12 a 20 anos.

Outra possibilidade é virem a ser acusados de ofensas corporais com dolo de perigo, crime previsto para quem "cometa uma ofensa contra o corpo ou contra a saúde de outrem, utilizando meios particularmente perigosos ou insidiosos, juntamente com três ou mais pessoas (...)".

No caso de se provar de que se trata de um grupo organizado, os seus membros poderão ser ainda acusados de associação criminosa, que a lei pune com prisão de seis meses a seis anos para "quem fundar grupo, organização ou associação cuja actividade seja dirigida à prática de crimes".

A acusação poderá ir ainda mais longe se o Ministério Público entender existirem indícios suficientes para acusar os implicados de um crime racista punido pela lei portuguesa, com base no artigo 189º do Código Penal. Esta norma refere-se ao crime de genocídio e discriminação racial e estabelece que será punido com prisão de dez a 25 anos "quem, com intenção

de destruir, no todo ou em parte, uma comunidade ou um grupo nacional, étnico, racial, religioso ou social", praticar "homicídio de membros da comunidade ou do grupo" ou "ofensa grave à integridade física ou psíquica" dos seus membros.

Diz o mesmo artigo que será punido com prisão de dois a oito anos quem "fundar ou constituir organizações ou desenvolver actividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência raciais ou que os encorajem", ou quem participe nessas actividades ou organizações, bem como quem preste assistência a quais-

quer actividades racistas.

Qualquer destes crimes é público, o que significa que a actuação das entidades policiais ou judiciárias não depende de queixa. Podem estas agir quanto a todos os crimes de que tomarem conhecimento.

A inquirição dos presos pelo juiz de instrução criminal foi a primeira fase do processo. A direcção da investigação é depois entregue ao Ministério Público que, no caso de existirem indícios suficientes de se ter verificado o crime, deduzirá acusação. ■

* com Dulce Furtado,
Raul Tavares, Paula Torres
de Carvalho e Anabela Notário

Editorial

José Manuel Fernandes

Depois da tragédia

CONSUMOU-SE o que já era previsível: a violência racista da madrugada de domingo no Bairro Alto fez uma vítima mortal. Um inocente morreu, e esse facto só por si obriga-nos a saber tirar da tragédia ensinamentos para o futuro, por forma a que casos destes não se repitam. Não basta ficar pelo acto de contrição, pelas condenações enérgicas ou pelas piedosas pêsames à família e à comunidade da vítima.

A maior parte das reacções produzidas durante o dia de ontem tinham um ponto em comum: responsabilizavam a polícia. É verdade, mas é curto.

O mínimo que se pode dizer da actuação das forças policiais é que ela foi incompetente, mas chega-se a pensar legitimamente se não terá sido diferente. Passou-se demasiado tempo entre o eclidir da violência e a acção das forças da ordem. As demoras registadas, e que mal ou bem o comunicado oficial confirma, apesar de se minorar, são inadmissíveis. Assim como é inadmissível que se negue a evidência: a noite de sábado para domingo era, como escrevemos ontem, uma noite de alto risco, que exigia a adopção de medidas especiais de prevenção.

Inadmissível é, igualmente, a leviandade com que a hierarquia das forças de segurança parece encarar acontecimentos como estes, quase banalizando-os. Essa leviandade só tem paralelo na atitude do próprio ministro da tutela, Dias Loureiro, que continua sem encontrar na sucessão de "incompetências" das polícias um motivo para sequer reflectir nas reformas que está a concretizar. As nossas polícias oscilam com demasiada facilidade entre a impotência e a brutalidade, a frouidão e violência gratuita, e isso faz com que padeçam do pior dos males: a arbitrariedade. Não deve, pois, surpreender que ninguém confie nas polícias.

A focalização de quase todas as reacções aos acontecimentos do Bairro Alto na actuação das polícias é, no entanto, redutora. A violência racista não é um problema de polícia, nem sequer um problema do Serviço de Informações e Segurança (foi curioso, no mínimo, verificar como tantos políticos se lembraram de novo do SIS, desta feita para pedir a sua actuação...). É certo que uma intervenção mais rápida das polícias podia ter obviado a que dos desastros tivesse resultado um morto. É certo, igualmente, que uma actuação mais competente do SIS deveria ter podido prever os acontecimentos e identificar os cabeçalhas destes bandos. E é ainda certo que um reforço do policiamento podia constituir um instrumento de dissuasão, embora com limites — a não ser num Estado policial, que não desejamos, é impossível ter tudo policiado, pelo que haverá sempre locais não policiados onde se podem refugiar tanto passadores de droga como grupos racistas.

Acidentes esporádicos em Lisboa

Associações mobilizam-se contra o racismo

PÚBLICO, 14 6 95

A ORGANIZAÇÃO SOS Racismo divulgou ontem um novo ataque a jovens negros e uma "réplica", num outro local de Lisboa, de um grupo de negros que agrediram indiscriminadamente os passageiros brancos de um autocarro. Num comunicado de imprensa imediatamente emitido, declara-se que disparou a "violência racista em espiral" (ver notícia na pág. 22) e responsabiliza-se "por este clima todos aqueles que sempre produziram declarações irresponsáveis, com objectivos meramente eleitorais".

Ambas as agressões aconteceram durante a hora do almoço, entre a uma e as duas da tarde. A primeira ocorreu em Alfama, perto dos pátios onde se fazia o almoço de Santo António. Quinze indivíduos brancos agrediram de tal

forma dois jovens negros que estes tiveram de ser assistidos no Hospital de S. José. Segundo a SOS Racismo, "um deles sofreu ferimentos na cabeça e o outro foi ferido na perna com um punhal de caçador".

A segunda agressão deu-se minutos depois. Na Rotunda do Relógio, cerca de 10 negros entraram no autocarro da carreira 19 da Carris e agrediram passageiros brancos. Ao que parece, um dos jovens terá gritado: "Um dos nossos já morreu, agora são vocês".

Ao mesmo tempo que a SOS Racismo declara que se torna "impossível travar esta onda de violência, sob pena de se criar uma situação insustentável", a Associação Cabo-Verdiana de Portugal já apelou à sua "comunidade, aos africanos, aos portugue-

ses, às associações de pais e aos líderes naturais", para que mantenham a calma.

Entretanto, representantes de três dezenas de associações e organizações africanas, religiosas, humanitárias e sindicais reuniram-se em Lisboa, na segunda-feira à tarde, na Obra Católica Portuguesa de Migrações, tendo decidido efectuar uma "participação silenciosa" no funeral de Alcino Monteiro, que se realiza amanhã. E, para o fim da tarde do dia seguinte, estão a organizar uma manifestação do Jardim de São Pedro de Alcântara até ao Ministério da Administração Interna.

Segundo a assistente social Maria de Lurdes Baltazar, daquele organismo dependente da Comissão Episcopal de Migrações, a

manifestação, com saída marcada para as 19h do Jardim de São Pedro de Alcântara, deverá passar por diversas ruas do Bairro Alto, nomeadamente a da Rosa, onde se registaram diversas agressões racistas dos "skinheads" sobre cidadãos negros. De acordo com a mesma assistente social, a manifestação pretende sensibilizar a comunidade "contra os episódios racistas que estão a acontecer e a ineficácia da actuação da polícia nestas situações".

Para além da "participação silenciosa" no funeral e de uma missa de sétimo dia em homenagem a Alcino Monteiro, na reunião ficou ainda decidida a realização de uma conferência de imprensa na Associação Cabo-Verdiana, marcada para hoje às 16h. e L.F.S.A.M.V.

UNITA não é sanduíche

A UNITA "nunca aceitará ser ensanduichada" entre um Presidente e um vice-Presidente saídos do partido no poder, disse ontem, em Abidjan, o representante da organização na Costa do Marfim. "A UNITA recusa a vice-Presidência. A UNITA não aceitará nunca ser ensanduichada", afirmou John Marques Kakumba, comentando as negociações a decorrer em Luanda entre a sua organização e o Governo de Angola a propósito do estatuto político do líder do segundo maior partido da oposição angolana. Kakumba disse ainda que Savimbi deslocou-se domingo, por "algumas horas", à Costa do Marfim, onde foi recebido pelo Presidente Henry Konan Bédié. Entretanto, 160 capacetes azuis, todos de nacionalidade russa, partiram ontem para Angola, onde integrarão as forças das Nações Unidas. A sua missão é assegurar o transporte de tropas e material, bem como evacuar doentes e feridos. ■

PÚBLICO, 14 6 95

PUP vence na Guiné

OS PRIMEIROS resultados das eleições legislativas na Guiné, publicados 48 horas depois do escrutínio, davam ontem à tarde como vencedor o Partido de Unidade e do Progresso (PUP, no poder) em três das 38 circunscrições do país, mas os números tornados públicos pela Comissão Nacional de Centralização dos Resultados (CNCR) não respeitavam senão a 4 por cento dos 3 milhões de eleitores inscritos e domingo chamados às urnas. O presidente da CNCR, Moussa Solano, disse no entanto à AFP que o CNCR deverá estar na posse da totalidade dos resultados, hoje, quarta-feira, ao fim da manhã. Segundo a lei eleitoral guineense, os resultados das legislativas devem ser publicados, pelo Ministério do Interior, 48 horas depois do fim dos escrutínios. O prazo acabava ontem à noite. ■

PÚBLICO, 14 6 95

Depois da tragédia

E por isso necessário, como também já escrevemos ontem, que reflectamos sobre as causas profundas, e não apenas episódicas, do que aconteceu no Bairro Alto.

Dois problemas saltam de imediato à vista: um é a existência do racismo enquanto tal; o outro é a existência de condições sociais que favorecem a marginalidade e a desinserção de franjas da nova juventude, assim tentadas por uma cultura de violência.

Não há, como se sabe, nenhum remédio milagroso para o racismo pela razão simples de que todos nós temos qualquer coisa de racistas. O racismo é, antes de mais, a rejeição do diferente, e todos os seres humanos nascem com receio do diferente. Daí que o racismo tenha de ser combatido dentro de nós próprios, daí que tenha de haver um permanente combate cultural contra a rejeição do diferente, a favor da tolerância e da solidariedade. E, por isso que o combate contra o racismo nunca pode ser interrompido, nunca tem fim, mesmo quando não existem forças assumidamente racistas e xenófobas.

Olhe-se para o que sucedeu na ex-Jugoslávia, ex-comunista, e medite-se na facilidade com que foi possível reavivar os mais terríveis demónios. Olhe-se para o que sucedeu nalgumas das periferias operárias das grandes cidades francesas e veja-se como o voto comunista se transferiu, muitas vezes directamente, para o voto nos racistas de Le Pen. Olhe-se mesmo para Portugal e medite-se na razão por que terá sido em municípios "de esquerda" — como Almada e Seixal — que surgiram dos primeiros grupos de "skins" jovens

muitas vezes filhos de famílias de sólida tradição democrática.

Nestas terrenos, a fronteira entre racismo, nacionalismo, apelo à justiça popular (lembram-se de que cor eram os mortos do linchamento do Cartaxo?) e apelo ao reforço, puro e simples, dos sistemas policiais é muitas vezes tênue e complexa. Daí que o discurso de muitos políticos possa ser incendiário, até porque a demagogia, por apelar a pulsões primitivas, é sempre socialmente perigosa. Daí igualmente que a fusão dos discursos partidários, da esquerda à direita, todos a dizerem mais ou menos aquilo que julgam que o povo pensa, acabe por aumentar a confusão e destruir as poucas referências que existem nas sociedades modernas.

Ora, a ausência de referências é precisamente um dos problemas das nossas sociedades. A desconstrução dos valores morais tradicionais levada a cabo desde os anos 60 não conduziu ainda a um novo quadro de referência moral, orientador, enquadrador. Não há valores dominantes, há abismos entre as gerações, o papel, antes nuclear, da família foi abalado, a escola não desempenha cabalmente a sua função, as regras do mercado levaram muitos agentes sociais e culturais a esquecerem princípios em nome da sobrevivência e dos lucros. Para além disso, construímos cidades inumanas e insistimos em continuar a desenvolvê-las.

Neste quadro, aqui apenas enunciado, é difícil levar a cabo o tal combate diário e permanente ao racismo. Com facilidade, o tal medo do diferente pode degenerar na rejeição do diferente, até como válvula de escape para outros medos e frustrações (medo do desemprego, medo da droga, frustração de não entrar na universidade, frustração de não ter uma vida digna desse nome).

É por isso importante que, apesar de vivermos um período eleitoral, apesar da tentação da demagogia, houvesse ainda capacidade para reflectir não só sobre o modelo de desenvolvimento que temos vindo a seguir, mas também sobre o tipo de sociedade que estamos a construir, sobre os quadros de referências que legaremos aos nossos filhos. ■

Os idos de cinquenta (II)

NOVO JORNAL, 24 5 95

José Leitão da Graça

2. ATÉ AO seu encerramento em 1965, a C.E.I. atravessou três períodos históricos. Dela me tendo feito sócio nos dois últimos anos que precederam a primeira repressão de que foi vítima, no seu seio coexistiam diversas secções, desiguais em recursos financeiros, representativas das ex-colónias de Portugal. Esse período coincidiu com a presença da primeira vaga de universitários africanos já referidos. Devido à repressão que a atingira, a Casa esteve encerrada por algum tempo. Reaberta, a sua gestão estava já a cargo de uma comissão administrativa quando voltei a frequentar a respectiva cantina, por volta de 1954. As caras novas encontradas somaram-se outras provenientes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Entre outros, Geraldo Bessa Victor, Ivo Barreto, Tomás Medeiros, Miguel Trovoada, os irmãos Lara, José Araújo, os irmãos Pestana, Paulo Jorge, Gentil Viana, José Bernardino, Gil Fernandes e outros. Era a segunda vaga, mais numerosa, de universitários africanos. Em princípios de 1957 deu-se por finda a missão da comissão administrativa cuja actividade, nos últimos anos, vinha sendo assegurada por certos estudantes angolanos e moçambicanos. O evento foi assinalado num jantar em que usaram da palavra, para além do médico da Casa, o Dr. Arménio Ferreira, também o José Bernardino e eu próprio. Foram eleitos nas semanas seguintes os primeiros corpos gerentes. Teve assim início o terceiro período da história da C.E.I. que terá sido o mais fecundo de todos. Face à renitência dos diversos candidatos da oposição portuguesa, incluindo Humberto Delgado em assumir então uma posição favorável à independência política das colónias foi tomando corpo no seio da C.E.I. uma corrente clandestina que não via utilidade nenhuma em apoiar tais candidatos. Já Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade haviam esboçado essa atitude que a prática dos opositores a Salazar ditava, mas que só viria a tomar corpo ao longo do segundo período de vida da C.E.I..

2.1. Diferentemente do que aconteceu entre os intelectuais e políticos negro-africanos dos territórios colonizados pela França e pela Inglaterra, entre nós, universitários das colónias de Portugal, a questão colonial só começou a esboçar-se, timidamente, nos

fnais da década de quarenta com aquela primeira vaga acima referida, para tomar corpo nas décadas subsequentes. Salvo um ou outro grito esporádico e temporário (um "desabafo", para Mário Pinto de Andrade), os elementos das gerações precedentes de cabo-verdianos não assumiram a independência como a solução irreversível contra a opressão colonial. Lembro-me das palavras "realistas" de Jorge Ferro Ribeiro, então no último ano do curso de Direito quando me matriculei na Faculdade de Direito em Lisboa: "Acalentas esse ideal porque ainda não estudaste Direito financeiro. Como poderá ser independente uma colónia cujas despesas orçamentais são sempre superiores às receitas?" No fundo era o que pensava a primeira vaga dos cabo-verdianos sob a influência do PCP ou seus militantes. Só terão desejado a extensão da eventual revolução social socialista em Portugal, preconizada pelo PCP, a Cabo Verde, sem ruptura política. Sabemos que depois o próprio PCP evoluiu e, com ele, os africanos sob a sua influência ideológica! Foi o caso de Alberto König com quem conversei em São Filipe quando em 1959 fiz a viagem do Mindelo para a Praia. Ele acusava ainda indícios da antiga posição do

Para ludibriar a opinião pública internacional, Portugal passou a denominar as "suas" possessões coloniais "províncias ultramarinas" a partir de 1951; e, ao ser admitido em 1955 como membro das Nações Unidas, defendeu as suas teses com argumentos subtis de que só os "bons" advogados são capazes.

PCP. Havia, é claro, os outros que seguiram a política da adjacência, à maneira da praticada então na Madeira e nos Açores, e que ficou ligada ao Dr. Adriano Duarte Silva. Distinta dessa posição, era a daqueles cabo-verdianos que antes do advento do Estado Novo, em 1933, advogavam — antes e depois da República — a autonomia política para Cabo Verde. É que naquela época, em nenhum ponto da África, se colocara ainda a "questão colonial", como veio a acontecer depois da II Guerra Mundial. A partir daí, a independência política passou a ser a única solução em sintonia com a marcha da História. E a prova disso reside em dois factos que Salazar e Caetano procuraram ignorar até o golpe de Estado de 1974, a saber: a consagração na Carta das Nações Unidas, em 1945, da existência dos "territórios não autónomos", nos termos do respectivo artigo, por um lado e a "Declaração de 1960 sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais", por outro. Para ludibriar a opinião pública internacional, Portugal passou a denominar as "suas" possessões coloniais "províncias ultramarinas" a partir de 1951; e, ao ser admitido em 1955 como membro das Nações Unidas, defendeu as suas teses com argumentos subtis de que só os "bons" advogados são capazes. Mais realistas do que seus homólogos portugueses, os colonialistas franceses, esses, enfrentando a luta armada na Argélia, souberam salvaguardar os seus interesses económicos e culturais na África Negra, promulgando a "loi-cadre" ou "loi-Defferre" que desorganizou o "Rassemblement Démocratique Africain" (RDA) constituído em 1946. Da existência dessa reforma colonial francesa, tomamos conhecimento através de Léopold Sédar Senghor quando, estando em Lisboa, integrado na delegação francesa a uma conferência sobre "civilizações diferentes", o Fernando Mourão lê-lo visitar a C.E.I. onde proferiu uma palestra sobre o assunto. No que concerne aos "territórios não autónomos", da sua consagração na Carta tomamos conhecimento através das aulas de Administração e direito colonial ministradas pelo Prof. Silva Cunha que, como era óbvio, não considerava como tais as "províncias ultramarinas". Devo acrescentar que ao entrar na Faculdade de Direito, não tinha nenhuma dúvida de que só pela luta armada era possível arrancar a independência de Cabo Verde e de qualquer outra colónia de Portugal. Naquela conjuntura receitava-se uma solução idêntica.

A última mensagem de Alcindo

PUBLICO, 16 e 95

Luis Miguel Viana

"Que lição!"

No funeral de Alcindo

Monteiro, o jovem

cidadão português

de origem cabo-

verdiana que foi

assassinado por

"skinheads" no Bairro

Alto, foi impossível

ficar indiferente à

total ausência de

agressividade, revolta

ou desejo de vingança

dos presentes. E, de

forma particularmente

sentida, ouviu-se o

bispo de Setúbal dizer

que "qualquer pessoa

séria, honrada e digna

se sente atingida por

esta morte".

O Barreiro assistiu

ontem a um enterro

que foi uma mensagem

e um libelo pela

tolerância racial.

O pronto só rom-
peu quando, no
suficiente aper-
to de corpos do
funeral, um cla-
rinete tocou, desafiando e triste,
os primeiros três acordes de uma
morna cabo-verdiana. Até então,
com o caixão de Alcindo Montei-
ro à vista, quer na enchemte da
Igreja de Santa Maria do Barrei-
ro quer no cemitério de Vila Chiá,
a família, os amigos, os vizinhos
só tinham expressado dor com o
mesmo desespero mudo dos últi-
mos dias.

E os milhares de pessoas que
ontem assistiram à missa de cor-
po presente, que se espalharam

res do amor, da paz, da intolerân-
cia, da solidariedade. Eramhijos
homília lançando uma prece:
"Que estes acontecimentos não
se repitam em nenhuma par-
tes, sobretudo, que não se rep-
tam nesta nossa pátria, que se
chama Portugal."

Em frente ao bispo ergue-
ram-se então as primeiras filas.
À esquerda da urna, a família do
falecido, à direita, os represen-
tantes dos partidos e dos órgãos
de soberania: Barbosa de Melo, o
presidente da Assembleia da Re-
pública, comandante Homem de
Guveia em representação de
Mario Soares, Jorge Sampaio,
António Guterres e José Lame-
iro, Carlos Carvalho e Octávio
Teóphoro, Carlos Pimenta. Ma-
nuel Monteiro também lá tinha
estado, mas, apresentados os
plânctos, retirou-se antes da
missa.

Mais lentamente, no este-
riar, circulavam membros de as-
sociações anti-racistas, dirigen-
tes de pequenos partidos, obcec-
ros e quase desconhecidos candi-
datos à Presidência da Repúbli-
ca, o espírito de Abril Vasco Lou-
reço — ou Jorge Carraca, um
dos jovens mais barbaemente
apregoados na Rua de Palma
quando, em Outubro de 1989,
outro bando de "skinheads" as-
assinou José Carvalho à porta
de sede do PSP.

De um lado da praça, grupos
discutiam se se "devia criticar
abertamente o Governo por es-
tas coisas que acontecem nos
africanos" ou se, pelo contrário,
"a questão não é essa, com o PS
seria igual, são todos políticos".
No outro extremo, Alberto José
de Barbosa, presidente da Asso-
ciação Cabo-Verdiana, tinha um
arrelvamento músico e pedía
aquele que iria a emberrar daí a
instantes que ajudasse os seus a
não odiar. "Precisamos de uma
limpa para enfrentar este mun-
do injusto e violento".

Um pouco ao lado, negros
concluíam que "o povo [negro]
tem de se instruir" para perceber
"que a vingança e a violência"
não levam a nada.

pelo largo da igreja debaixo de
uma luz turva que afluava ou
que esperaram o cortejo fúnebre
junto à campa falaram pouco,
não tiveram qualquer gesto ou
manifestação agressiva, de revól-
ta ou de desejo de vingança. Na-
da. "Que lição", murmurava, en-
cunhado ao carro fúnebre, um
velho professor impressionado
com tanto civismo.

Nesses minutos, no altar, in-
flamando a voz pela nave alta co-
mo girassol, o bispo de Setúbal, D.
Manuel Martins, proferia uma
homília energética pela alma do
quele que, na madrugada do úti-
mo domingo, no Bairro Alto, em
Lisboa, "foi ceifado por uma
morte cruel" às mãos de "ab-
rhorrentes".

"Esta não é uma morte
qualquer", proclamava o bispo.
"Atinge cada um de nós porque
é a dignidade humana e a civili-
zação que são atingidas." E con-
cluiu que todos, presentes e não
presentes, tinham o direito de
se sentir diminuídos. "Qual-
quer pessoa séria, honrada e
digna se sente atingida por esta
morte — algo de si também vai
a enterrar."

As palavras de D. Manuel
Martins, que celebrou ladeado
pelo bispo de Cabinda, foram
ouvidas como um belíssimo para
a consciência dos assistentes. A
maioria destes tem a esquerda
de ascendência africana. Na rua
como na igreja, tanto na cor da
pele como no nível económico
ou nas opções políticas, estava
de algum modo representada se-
ndo a população portuguesa pe-
lo menos a da Área Metropolita-
na de Lisboa.

Nos sussurros da entrada
que chegavam às filas de trás ou-
viram-se jovens falarem de futu-
ras idas ao Bairro Alto, aos bares
e às discotecas, de visitas à Aveni-
da 24 de Julho, com conversas
que continham um misto de re-
ceio e de bravata. "Aquilo [mani-
festação anti-racista marcada pa-
ra hoje] vai ser explosivo no Bar-
ro Alto", previa uma rapariga
que ostentava ao peito, como
tantos no funeral, um distintivo
dizendo "Assassinato Alcindy/
Exigência justiça". "Não, não",
tranquilizavam-na. "Os 'skins'
não aparecem porque já sabem...
E depois vão ser só apêlas à psic-
fissão, ao anti-racismo."

Enquanto na rua a egrome-
ração crescia, os repórteres das
rádios iam entrando em antena e
a RTP fazia os primeiros diver-
tos. D. Manuel Martins evitava
Santo António e os seus milhar-
ções. São João de Deus e o Anjo
Internacional da Tolerância, pe-
ra apelar ao reencontro dos vi-
-

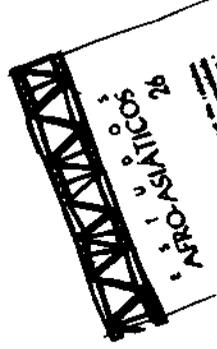
Todos amigos

Chegavam as cinco da tar-
de, o calor abraçava e o cortejo
fúnebre saía, aberto por um
carro da PSP, que tinha agentes
colocados em todos os cruza-
mentos do trajecto. Atrás se-
guia uma carrinha carregando
flores e, entre esta e o carro fu-
nerário, um negro correu todo o
camunho, de sapatilhas e cal-
ças, numa homenagem patrió-
tica a Alcindo. Depois, dezena e
meia de motos abriu a fila de
carros.

Só este grupo e alguns por-
naisistas interromperam o cami-
nho para o sepulcro e, em Cas-
quilhos, fizeram um pequeno
desvio para o bairro onde o jo-
vem vivia com a família. Os vizi-
nhos contemplaram a urna e,
então, rumou-se em definitivo
para Vila Chiá. Lá, no cemitério,
em frente à pedra onde antes de
baixar à terra o caixão ia ser
pousado, o padre Manuel Soa-
res e os pais de Alcindo Montei-
ro esperavam imóveis, o casal
abrapado e o clérigo de braços
cruzados, sem palavras nem lá-
grimas, como que petrificados
no centro da confusão que os
envolvia.

Todos queriam estar perto
do caixão, tocá-lo, guardar a úl-
tima visão de Alcindo antes que
ele baixasse à terra. Instalou-se
a confusão, uma luta surda de
empurrões entre religiosos, o-
veiros, amigos, vizinhos, jorna-
listas, familiares. "Cheguem-se
um bocado mais para trás,
por favor", gritava-se já, em de-
sespero. "Façam cordão, dei-
xem chegar-se amigos e famíli-
res." E ouvia-se, que, "amigos, so-
ma verdade, que, "amigos, so-
mos todos nós". "A senhora de-
via-o mesmo conhecer", retor-
quaram entre os apertos. "En-
tão trabalhava mesmo ao pé de
mim, filho, na oficina de esca-
pos." E a mulher repetia: "So-
mos todos amigos."

Alguns ordenaram sobrevoio. E
houve mais um pequeno elogio
fúnebre, a derradeira oração,
um cántico. Foi então que locu-
ram a último morna para Alcín-
do, que o clarinete deu três
acordes e que o pranto, enfim,
se acitou. e



Comunidades africanas preparam protesto

“Negro como nós”

PÚBLICO, 16 6 95

José Eduardo Agualusa

Medo e revolta. Entre a comunidade africana de Lisboa, estes são os sentimentos que dominam. Vingança? Há quem fale nisso, mas a imensa maioria de africanos e portugueses de origem africana aguarda com tranquilidade a decisão dos tribunais. As associações de imigrantes organizam-se para a manifestação desta tarde.

“O homem que morreu/ Era negro como eu/ Violência?! Já não quero mais/ Já não quero mais/ Deixem-me expressar a minha raiva/ ou não me responsabilizo pelo prejuízo.” MC Bantu e MC Mala, dos Black Company, iniciaram assim a sua actuação no encontro de música rap, “Poesia negra”, que na quarta-feira à noite levou algumas dezenas de pessoas ao Cine-Teatro Monumental. A apresentação do tema, composto pouco tempo antes, constituiu um dos momentos altos do espectáculo.

Atacando ao mesmo tempo os “cabeças-rapadas”, governantes e polícia, num texto de grande carga dramática, os dois jovens manifestaram-se dispostos a responder à violência com a violência: “Que a justiça faça o seu trabalho/ se não termos que seguir por um atalho.” O público, em que se misturavam activistas de movimentos cívicos e dirigentes de grupos radicais negros, respondeu com aplausos.

Terminado o espectáculo, uma parte do público, brancos e negros, voltou a encontrar-se no Targua, espaço de animação nocturna muito popular no Bairro Alto. O proprietário do estabelecimento, Hernâni Miguel, segue com particular inquietação as notícias sobre a violência racista em Portugal. Nascido na Guiné-Bissau e criado em Lisboa, ele é um dos raros negros a gerirem um espaço daquele tipo em pleno coração da capital portuguesa. “Eles não chegaram aqui”, diz Hernâni referindo-se ao grupo de meia centena de “cabeças-rapadas” que, no passado domingo, espalharam o pânico pelas velhas ruas

do bairro. “Mas, se chegassem, eu estava preparado.”

Sentada ao fundo do bar, Maria José Belo Marques não esconde a indignação. Uma das primeiras jornalistas portuguesas a interessarem-se pela música de África, já foi ela própria vítima da violência racista. “É uma vergonha!”, comenta, “toda a gente sabe onde se escondem os ‘skins’, mas ninguém faz nada.”

Activista de uma organização de defesa dos direitos das minorias, a Mutantes, preparou um abaixo-assinado exigindo que os nove elementos capturados pela polícia após os acontecimentos de domingo sejam julgados não apenas por homicídio, mas também por “crimes contra a humanidade”. Um outro abaixo-assinado, condenando a actuação da polícia, corria de mesa em mesa, em conjunto com um panfleto do Partido Socialista Revolucionário, PSR, anunciando a manifestação anti-racista que esta tarde, pelas 19h, deverá partir do Jardim de São Pedro de Alcântara. “Contra o racismo e Dias Loureiro, o primeiro dos ‘skinheads’ portugueses”, lê-se no papel.

“Temos medo”

No Bairro Seis de Maio, na Damaia, que abriga uma das maiores concentrações de população negra de Lisboa, a noite parece tranquila. Um grupo de homens junta-se num pequeno bar de esquina; bebem o grogue das ilhas e trocam piadas em crioulo. Um pouco mais à frente fica o Centro Cultural do Bairro Seis de Maio. Vindo de dentro escuta-se o som poderoso da música das ilhas. O grupo Novo Apolo, “nome provisório”, como fazem questão de dizer, enasia para um espectáculo no próximo fim-de-semana. São quase todos estudantes, entre os 15 e os 22 anos, e na sua maior parte já nasceram em Portugal. O assassinato do jovem Alcindo Monteiro, como eles um português de origem cabo-verdeana, trouxe até ao bairro um novo clima de medo. “Temos medo”, confessa Anita, “a minha mãe já nem sai de casa.”

O medo em relação aos “cabeças-rapadas” junta-se ao receio de viver num terreno onde os passadores de droga (brancos) se passeiam como em casa própria. “É verdade”, recorda João, o mais velho do grupo, “a droga tornou-se um problema.” Os pas-

sadores contratam crianças que lhes servem de correio — “Os traficantes preferem utilizar crianças, primeiro porque não despertam tanto a atenção da polícia e, depois, porque não podem ser presos.” Dão-lhes uma percentagem resultante da venda da droga e, às vezes, oferecem-lhes armas. “Não é raro ouvirem-se tiros aqui. São os miúdos a brincar.”

É perigoso para um branco entrar sozinho no bairro? “Depende. A menos que sejas um ‘branco carrocho’, desses que vêm aqui comprar droga, tudo bem. Agora, se for um branco bem vestido, podem pensar que és polícia. Estás ligado.”

Habitados a conviver com os passadores de droga, os jovens habitantes do Bairro Seis de Maio sentem sobretudo receio da polícia — “Quanto ao racismo, são os piores.” Testemunhos não faltam.

João: “Aqui há uns dias, vinha na rua a cantar aquela música ‘não sabe nadar’, e veio um polícia ter comigo. Disse-me que estava a gozar com ele. No dia seguinte passei pelo mesmo polícia. Ele agarrou-me, levou-me para a esquadra, para um corredor estreito onde estavam outros polícias, e começaram todos a bater-me, socos e pontapés. A seguir arrastaram-me para uma casa de banho e disseram que me iam baptizar. Voltaram a bater-me.” Depois soltaram-no. “Disseram-me que tinha havido engano, que eu era parecido com um outro preto, foi assim.”

Sobre a mesa, junto ao palco onde o grupo ensaia, há um maço de prospectos a anunciarem a manifestação desta tarde. “Intrusão mata! Indiferença mata! Convivência mata!” Trazem a assinatura da Associação Cabo-Verdeana. Os jovens do grupo Novo Apolo tencionam marchar na manifestação, a sua primeira manifestação, enquadrados na Associação Unidos de Cabo Verde. Outras organizações de imigrantes africanos lançaram comunicados com o mesmo teor. Na opinião de muitos africanos, a morte de Alcindo Monteiro pode ter sido o suicídio dos “cabeças-rapadas”; depende da firma como a comunidade, e a maioria dos portugueses, actuar agora. ■

MPLA discute futuro de Savimbi

PÚBLICO, 15 6 95

O COMITÉ Central do MPLA reúne-se amanhã sob a presidência do chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, líder também do partido governamental, para debater a criação de uma vice-presidência para o líder da UNITA, disse ontem a agência Lusa uma fonte governamental angolana. Eduardo dos Santos debateu a ques-

tão, nos últimos dias, quer com Savimbi quer os líderes dos outros partidos políticos. A direcção do MPLA admite “como possível” que o cargo seja entregue ao líder da UNITA desde que entretanto as questões que se prendem com a desmilitarização deste partido da oposição armada fiquem resolvidas. O representante da UNITA na Costa do Marfim, John Marques Kalumba, disse quarta-feira em Abidjan que a sua organização “não aceitará nunca ser enclausurada” entre um Presidente e um vice-Presidente do MPLA. ■